

Programa de Trabalho: 15.452.6210.3101.0003 - Construção do Aterro Sanitário - Samambaia

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51 FONTE: 100 VALOR: R\$ 466.201,05

OBJETO: Descentralização de crédito orçamentário destinado a custear despesas com a construção das instalações prediais (fundações e estruturas, hidráulicas e sanitárias, elétricas e eletrônicas, combate e prevenção a incêndios) e execução de urbanismo da Nova Escola Classe Guariroba em terreno situado às margens da DF-180, conforme objeto do Convênio nº 03/2015-SLU/DF.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

SILVANO SILVERIO DA COSTA
Diretor-Presidente do SLU/Substituto
Unidade Gestora Concedente

JÚLIO MENEGOTTO
Diretor-Presidente da NOVACAP
Unidade Gestora Executante

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDURB

Às nove horas do vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do 2º andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - Segeth, foi aberta a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, pelo Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, Luiz Otavio Alves Rodrigues, que neste ato substituiu o presidente deste Conselho, Secretário de Estado, Thiago Teixeira de Andrade, e contando com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia; 1.1. Abertura; 1.2. Verificação do quorum; 1.3. Informes do Presidente; 1.4. Posse de Conselheiro; 2. Item para Deliberação; 2.1. Assunto: Apresentação do Projeto de Demanda Espontânea - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais, sob demanda da SEGETH, nos exercícios de 2017 e 2018, dentre eles Conferências e Audiências Públicas, nos termos da Resolução nº 09/2015, de 25/09/2015. Processo nº: 390-005.015/2016. Interessado: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH. Relator: André Bello - Membro Titular Representante da SEGETH; 3. Assuntos Gerais; 4. Encerramento. O Secretário Adjunto, Luiz Otavio Rodrigues Alves, após conferir o quorum, cumpriu todos e passou ao Subitem 1.4. Posse de Conselheiros. Empossados os conselheiros: Fábio Paíão Correia de Sousa, como membro titular, representante Conselho Regional de Arquitetura - CREA/DF e Josmailton Inácio Lopes, como membro suplente, representante da Associação dos Servidores Públicos do Recanto das Emas - ASPRE, advindos do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. Na sequência, o Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, falou da expectativa para o ano de 2017, que seja de muitas realizações e com maior desempenho que 2016. Em seguida passou ao Item 2. Item para Deliberação; Subitem 2.1. Processo nº 390.005.015/2016, que trata da aprovação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de planejamento, organização, execução e acompanhamento de Eventos Institucionais nos exercícios de 2017 e 2018, a ser executada na Unidade Orçamentária 28.901, Programa de Trabalho 15.127.6208.3678.0003 - Realização de Eventos SEGETH - Distrito Federal, Natureza de Despesa 339039, Fonte de Recurso 169, estimado em R\$ 718.459,00 (setecentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais). Ressaltou que já é financiado pelo FUNDURB, e em decorrência da aproximação do término do contrato, que vence em fevereiro, há necessidade de uma nova licitação, para que não haja descontinuidade do contrato, garantindo assim, o bom desempenho de todos os compromissos firmados para o ano de 2017. Em ato contínuo, passou a palavra ao relator do processo, Conselheiro André Bello, representante da SEGETH que iniciou a apresentação e pontuou: a) Que o presente contrato subsidiará as demandas de eventos da Secretaria; b) Que o Estatuto da Cidade, no princípio de gestão democrática da cidade, estabelece alguns instrumentos que impõe obrigações à Secretaria, dentre elas: organizar órgãos colegiados para debates de políticas em diversos níveis, audiências e consultas públicas referentes tanto à legislação, quanto a projetos urbanísticos; c) Que dentre as demandas de trabalhos para o biênio 2017/2018 há a elaboração de dois instrumentos urbanísticos de suma importância: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, que visa orientar e estabelecer diretrizes para a preservação do conjunto de tombado de Brasília; e a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, que vai sistematizar e consolidar as diversas leis de uso e ocupação em um instrumento; d) Que a demandante elaborou um termo de referência, com as especificações e os quantitativos baseados no contrato ainda vigente e nas consultas das áreas fins da Secretaria, para os eventos que acontecerão nos próximos dois anos; e) Que a avaliação dos custos foi feita através de tomada de preço, consultando fornecedores e preços públicos, e que o processo licitatório se dará através de pregão eletrônico, conduzido pela Subsecretaria de Administração Geral e a Comissão Permanente de Licitação. Em seguida, apresentou o quadro de detalhamento de despesas, bem como a disponibilidade orçamentária, e justificou a relevância dos eventos institucionais previstos. Ressaltou ainda, que a estimativa do valor foi feita com base nos resultados do biênio passado, que se encerra em fevereiro de 2017, e que somado a manifestações das áreas fins, da perspectiva que se externou de eventos previstos como a Conferência das Cidades e outras reuniões de rotina. Em relação ao contrato vigente, houve uma redução de custos de quase 33% (trinta e três por cento), tendo em vista que alguns itens foram superestimados no contrato anterior, por exemplo, eventos que estavam previstos e não aconteceram, e que agora foram ajustados. O relator votou favorável à aprovação do processo. O Conselheiro, Fábio Paíão Correia de Sousa, questionou se a Secretaria ficará restrita aos eventos previstos, ou se nesse contrato poderão ser incluídos novos eventos. Ao que o Conselheiro André Bello respondeu que poderão ser incluídas novas demandas, e que grande parte dos processos de parcelamentos

urbanísticos demandam audiências públicas. O Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, complementou que o valor do contrato é um valor estimativo, e na medida em que surgirem novas demandas por novas leis que exijam audiências públicas, será usado desse valor. Não havendo mais questionamentos, o Processo nº 390.005.015/2016 foi colocado em votação e aprovado com 06 (seis) votos favoráveis dos Conselheiros: Alessandra Freire de Mendonça, André Bello, Vânia Aparecida Coelho, Bruno Morais Alves, Eduardo de Oliveira Villela, Fábio Paíão Correia de Sousa. Item 3. Assuntos Gerais: Não houve manifestações nesse item. Em seguida passou ao Item 4. Encerramento: Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e desejando votos de realizações para 2017. LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES, Secretário-Adjunto, Vice-Presidente (indicado); ALESSANDRA FREIRE MENDONÇA, Representante Titular -SEF; BRUNO MORAIS ALVES, Representante Titular - SINESP; VÂNIA APARECIDA COELHO, Representante Titular - FID/DF; JOSMAILTON INÁCIO LOPES, Representante Suplente - ASPRE; FÁBIO PAIÃO CORREIA DE SOUSA, Representante Titular - CREA/DF; EDUARDO DE OLIVEIRA VILLELA, Representante Titular - ADEMI/DF; ANDRE BELLO, Representante Titular -SEGETH.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDURB

Às nove horas do vigésimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do 2º Andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - Segeth, foi aberta a 31ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do FUNDURB, pelo Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, Luiz Otavio Alves Rodrigues, que neste ato substituiu o senhor Secretário de Estado, Thiago Teixeira de Andrade, e contando com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia; 1.1. Abertura; 1.2. Verificação do quorum; 1.3. Informes do Presidente; 1.4. Posse de Conselheiro; 1.5. Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária de 21/10/2016; 1.6. Apresentação Programas Projetos e Resoluções Vigentes; 1.7. Moção - Resultados; 2. Itens para Apreciação/Deliberação; 2.1. Orçamento 2017; 2.2. Calendário de Reuniões Ordinárias 2017; 3. Assuntos Gerais; 4. Encerramento. O Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, informou que o objetivo da reunião é fazer um balanço do que foi executado ao longo de 2016, e o que está previsto no orçamento 2017. Passou imediatamente ao Subitem 1.5. Aprovação Ata da 30ª Reunião Ordinária de 21/10/2016. A Ata foi aprovada conforme apresentada. Em seguida passou ao Subitem 1.6. Apresentação Programas Projetos e Resoluções Vigentes. O Secretário Executivo do FUNDURB, Ivo Porto, iniciou a apresentação e pontuou sobre os seguintes Programas: a) Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos, que é a contratação de obras, instalação de empresas para elaboração de projetos executivos; b) Reforma de Edificações, que é a contratação de obras, revitalização de edificação do Conjunto Urbanístico de Brasília; c) Elaboração de Projetos, que é a contratação de serviços de consultoria; d) Manutenção de Sistema de Informação - área meio e fim - que é a aquisição de equipamentos de tecnologia; e) Monitoramento da área de território do Distrito federal, que é a contratação de serviços de aquisição de equipamentos necessários ao monitoramento das áreas do Distrito Federal; f) Gestão da Política Habitacional, que é a criação de estrutura de ação de serviço social e moradia; g) Aprimoramento e integração dos instrumento de planejamento territorial, que é a contratação de consultoria; h) Manutenção dos Conselhos, que é a implantação de mecanismos de transparência, participação social e planejamento; i) Otimização do Plano de Regularização fundiária de Parcelamentos, que é o estabelecimento de forma coordenada da estratégia da regularização para cada parcelamento do solo; j) Realização de Eventos; k) Capacitação dos Servidores. Em ato contínuo passou ao Subitem 2.1. Orçamento 2017. Fez os seguintes apontamentos: 1) Que o orçamento 2016 executado foi de 34.900 milhões, com um superávit de 3 milhões apurados no primeiro semestre, totalizando 38 milhões; 2) Que o Programa Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos tem orçamento de 10.700 milhões, empenhado 4.700 milhões e liquidado 2.618 milhões; 3) Que 6.700 milhões foram de execução em relação ao orçamento e a execução efetiva em relação ao financeiro de 2 milhões; 4) Que a execução orçamentária média nos últimos quatro anos foi 17 milhões, ficando abaixo da média, por falta de disponibilidade orçamentária; 5) Que o orçamento com obras ocupa mais de 10% do orçamento; 6) Que a Revitalização de Águas Claras - recentemente aprovada no Conselho, está liquidada em 90%; e a construção do Complexo Cultural de Samambaia, já com previsão de entrega nos próximos dias; 7) Que o Parque Vivencial do Gama - foi uma resolução aprovada em 2013, no valor de 3.800 milhões. Na sequência, o representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos-SINESP, Bruno Morais Alves, questionou sobre quem faz a gestão do Parque do Gama. Ao que o Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, respondeu que será o IBRAM. Ressaltou que a obra está concluída, porém a CODHAB ainda é a gestora do contrato, e que para o recebimento da obra pelo IBRAM, se faz necessário à disponibilização de segurança no empreendimento. Na sequência, o Secretário Executivo deu continuidade aos apontamentos: 8) Que a revitalização da Avenida Brasília/Areal Águas Claras, conforme Resolução de 2013, era de aproximadamente 1,5 milhões, e foi contratado por 700 mil; 9) Que o Complexo Cultural de Samambaia, Resolução de 2013, de 5 milhões e contratado por 4.800 milhões; 10) Que o Centro de Convivência do Idoso em São Sebastião, Resolução de 2012, era 405 mil e contratado por 268 mil, e a obra entregue. 11) Que a Resolução número 06, aprovada em 2015, envolve projetos para construção de Centros de Juventude, totalizando 8.900 milhões. 12) Que a Resolução 456, trata de aquisição de equipamentos, licença AUTOCAD, em fase de licitação. 13) Que o Orçamento 2017, no total de 25 milhões, reduziu em relação ao orçamento de 2016, que era de 34 milhões; 14) Que 15.800 milhões estão comprometidos com obras do Programa de Requalificação de Espaços Urbanos, Elaboração de Projetos e Modernização do Sistema de Informação - Área fim, a saber, respectivamente: rotas acessíveis que estão em fase de licitação, no valor de 3.775 milhões, os Centros de Juventude de Samambaia, Sobradinho, Ceilândia e São Sebastião, definidos através de resoluções, no valor de 8.900 milhões; os concursos de arquitetura da CODHAB, no valor de 2.250 milhões e a aquisição de licença do ArcGIS, no valor de 800 mil. O Secretário Adjunto, Luiz Otavio Alves Rodrigues, esclareceu que a SEGETH está buscando viabilizar a possibilidade de liberação a fim de empenhar em 2016. E que a expectativa para 2017 é que tenha melhor execução. Ressaltou, ainda, que não pode dissociar o desempenho